

CENTRO SOCIAL DE SÃO JOÃO DO CAMPO

Relatório e Contas

Exercício 2018

RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições Estatutárias, a Direcção da Centro Social de São João do Campo, vem apresentar e submeter o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2018, para que seja apreciado pelo órgão deliberativo a correspondente Conta Anual da Instituição.

Este é sem dúvida um ato da maior importância e significado para a nossa Instituição, no qual, de uma forma responsável e transparente, a direcção apresenta a seu desempenho do ano transato.

Assim, este relatório tem como objetivos:

1. Explicitar os aspetos mais relevantes da atividade financeira da Instituição, no que concerne ao desempenho económico e financeiro, nos domínios dos rendimentos/receitas, dos gastos/despesas e de tesouraria;
2. Apresentar a situação económica relativa ao exercício, analisando a evolução da gestão nos diferentes sectores da atividade, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto prazo, médio e longo prazos, financiamento externo e condições de funcionamento;
3. Analisar a situação financeira da Instituição, do ponto de vista patrimonial, considerando o balanço e a demonstração de resultados.

Neste momento em que se avalia a capacidade de execução que foi proposta em Plano de Actividades e Orçamento, confronta-se o que se propôs para o exercício de 2018 com o que foi efectivamente realizado pela direcção em funções.

AGRADECIMENTOS

No decurso do exercício das nossas funções sempre encontramos nos Colaboradores da Instituição, nos Fornecedores, nos Parceiros, na Segurança Social, na Junta de Freguesia de São João do Campo, na Câmara Municipal de Coimbra e na população em geral a boa colaboração e o empenhamento necessários, para ultrapassar as dificuldades.

Coimbra, ?? Março de 2019

A Direção

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Análise da Estrutura e do Balanço

O Balanço apresenta a posição do património da Instituição, referente ao encerramento do exercício estruturando-se através das massas do Ativo e do Passivo, desenvolvidas cada uma delas em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogéneos:

- O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos diferidos;
- O Passivo reconhece as obrigações e os rendimentos diferidos;
- Fundos Patrimoniais, é a diferença entre o Passivo e o Ativo.

Estrutura dos Ativos

A estrutura da Instituição, bem como a sua evolução no exercício 2018, face ao balanço final à data de 31/12/2017, é a que a seguir se apresenta:

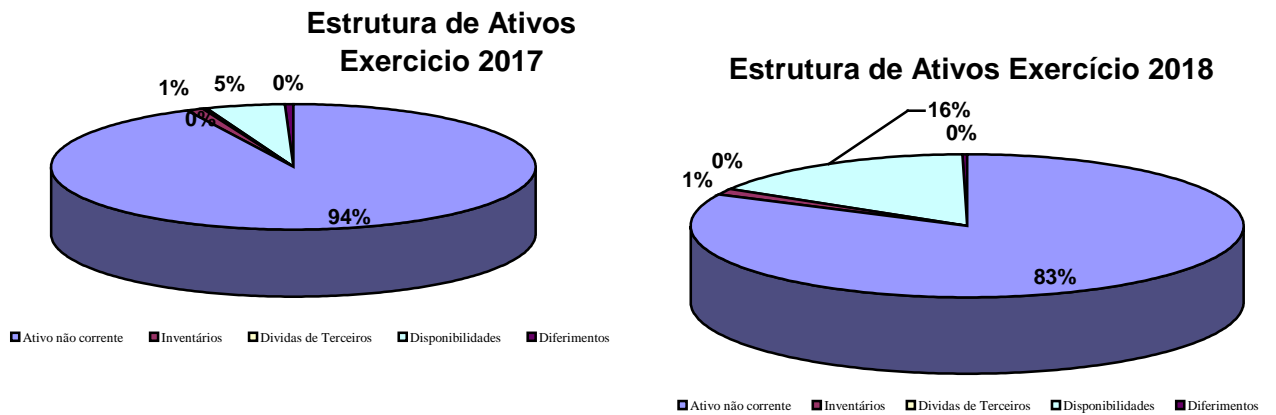
Quadro n.º 1
Estrutura e Evolução Patrimonial da Instituição

Descrição	Exercício 2018		Exercício 2017		Variação
	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo não corrente	110 408,04	82,29%	130 299,53	97,11%	-19 891,49
Existências	1 774,80	1,32%	1 905,70	1,42%	-130,90
Dívidas de terceiros	0,00	0,00%	495,73	0,37%	-495,73
Disponibilidades	21 571,13	16,08%	9 313,38	6,94%	12 257,75
Diferimentos	422,86	0,32%	750,81	0,56%	-327,95
Ativo	134 176,83	100,00%	142 765,15	106,40%	-8 588,32
Fundo Social	102 534,59	92,21%	126 237,85	113,52%	-23 703,26
Resultados	8 663,90	7,79%	-7 537,78	-6,78%	16 201,68
Fundos Próprios	111 198,49	100,00%	118 700,07	106,75%	-7 501,58
Dívidas a terceiros - M/L prazo		0,00%		0,00%	0,00
Dívidas a terceiros - curto prazo	22 189,17	96,57%	24 065,08	104,73%	-1 875,91
Diferimentos	789,17	3,43%		0,00%	789,17
Passivo	22 978,34	100,00%	24 065,08	104,73%	-1 086,74

Pelos valores apresentados constata-se que o Ativo diminuiu cerca de 8 mil euros nesta época e os fundos próprios diminuíram cerca de 7 mil euros.

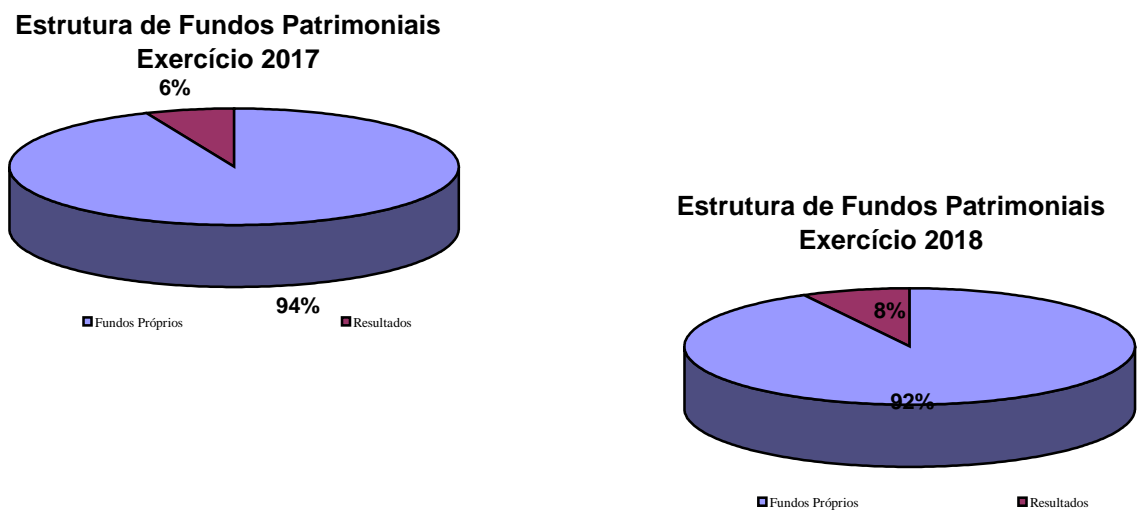
A estrutura dos Ativos é a que a seguir se apresenta graficamente sendo que, as variações mais significativas, em termos absolutos, ocorreram nas Dívidas de e a Terceiros e nas Disponibilidades.

Figura n.º 1



Estrutura dos Fundos Próprios

Figura n.º 2

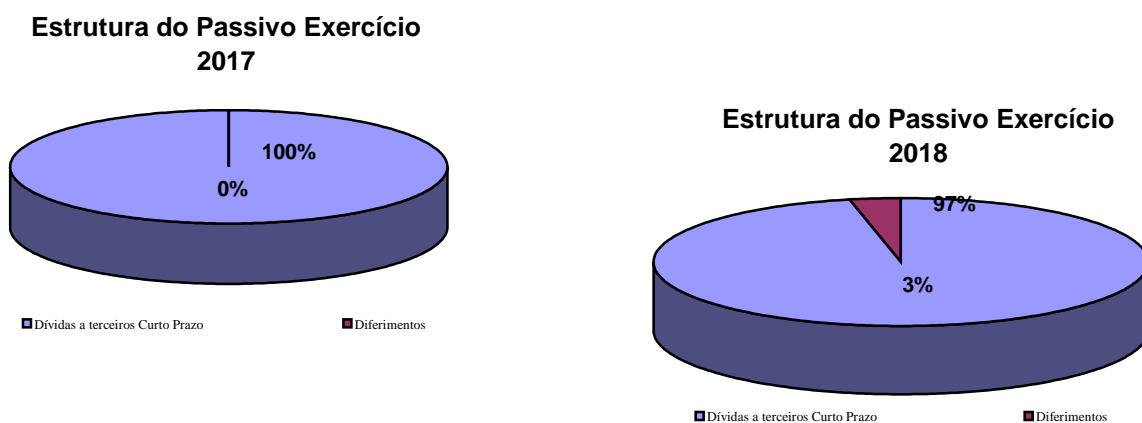


À data de 31 de Dezembro de 2018, os Fundos Patrimoniais da Instituição eram de 102.534,59€. Os Resultados Líquidos do Exercício situam-se nos 8.663,90 €.

Estrutura do Passivo

O Passivo da Instituição resume-se dívidas a terceiros com 22.189,17 € e diferimentos com 789,17.

Figura n.º 3



Demonstração de Resultados

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se um total de gastos no montante de 200.203,00 € e de rendimentos no valor de 208.866,90 €. Desta situação resultou um resultado líquido positivo de 8.663,90 €, que se reflete do seguinte modo:

Quadro n.º 2

Demonstração de Resultados Executado vs. Orçamentado

CENTRO SOCIAL DE SÃO JOÃO DO CAMPO

Orçamento - 2018

(valores em euros)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS		
Descrição	GASTOS	RENDIMENTOS
61 Custo das mercadorias vendidas	27 359,01	
62 Fornecimentos e serviços externos	38 083,04	
63 Gastos com o pessoal	107 166,22	
64 Gastos de depreciação e amortização	20 149,48	
68 Outros gastos e perdas	7 430,69	
69 Gastos e perdas de financiamento	14,56	
72 Prestações de serviços		101 881,47
75 Subsídios, doações e legados à exploração		87 326,17
78 Outros rendimentos e ganhos		19 659,26
79 Juros, dividendos e outros rendimentos		0,00
Totais	200 203,00	208 866,90
RESULTADO	8 663,90	

Quadro n.º 3

Gastos e Perdas (Executado vs. Orçamentado)

CENTRO SOCIAL DE SÃO JOÃO DO CAMPO

Orçamento - 2018

(valores em euros)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS				
Descrição	Execução 2017	Orçamento 2018	Execução 2018	Variação
Gastos e perdas				
61 Custo das mercadorias vendidas	29 623,37	28 429,65	27 359,01	-1 070,64
62 Fornecimentos e serviços externos	32 827,19	32 848,00	38 083,04	5 235,04
63 Gastos com o pessoal	113 509,54	125 650,91	107 166,22	-18 484,69
64 Gastos de depreciação e amortização	20 135,97	20 505,96	20 149,48	-356,48
65 Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
66 Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00
67 Provisões do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
68 Outros gastos e perdas	2 396,50	3 665,00	7 430,69	3 765,69
69 Gastos e perdas de financiamento	18,72	150,00	14,56	-135,44
Totais Classe	198 511,29	211 249,52	200 203,00	-11 046,52

O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o exercício de 2018 foi de 211.249,52 euros. O realizado foi de 200.203,00 euros. Relativamente ao orçamento, regista-se um desvio de 11.046,52 euros.

Quadro n.º 4 Custos das Mercadorias vendidas (Executado vs. Orçamentado)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS GASTOS	Execução	Orçamento	Execução	Desvio
	2017	2018	2018	2018
61 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	29 623,37	28 429,65	27 359,01	-1 070,64
612 MATERIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	29 623,37	28 429,65	27 359,01	-1 070,64
6121 MATERIAS-PRIMAS	29 623,37	28 429,65	27 359,01	-1 070,64

A rubrica de custos das mercadorias registou um desvio negativo de 1.070,64 euros, isto é, não ultrapassou o orçamentado.

Quadro n.º 5 Fornecimentos e Serviços Externos (Executado vs. Orçamentado)

CENTRO SOCIAL DE SÃO JOÃO DO CAMPO
Orçamento - 2018

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS GASTOS	Execução	Orçamento	Execução	Desvio
	2017	2018	2018	2018
62 FORNECIMENTOS E SERV. EXTERNOS	32 827,19	32 848,00	38 083,04	5 235,04
621 SUBCONTRATOS	0,00	0,00	0,00	0,00
622 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	6 387,23	7 567,26	9 933,01	2 365,75
6221 TRABALHOS ESPECIALIZADOS	3 690,21	4 170,02	4 897,68	727,66
6222 PUBLICIDADE E PROPAGANDA	80,00	250,00		-250,00
6223 VIGILANCIA E SEGURANÇA		100,00		-100,00
6224 HONORÁRIOS		1 000,00		-1 000,00
6226 CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	2 617,02	2 047,25	5 035,33	2 988,09
623 MATERIAIS	2 692,85	2 793,82	2 462,31	-331,51
6231 FERRAM. E UTENS. DESG. RAPIDO	1 862,43	1 817,57	2 012,09	194,53
6232 LIVROS E DOC. TÉCNICA/REVISTAS		50,00	14,50	-35,50
6233 MATERIAL DE ESCRITÓRIO	830,42	876,26	435,72	-440,54
6234 ARTIGOS PARA OFERTA		50,00		-50,00
624 ENERGIA E FLUIDOS	16 001,86	15 636,38	15 469,90	-166,48
6241 ELECTRICIDADE	4 176,51	4 130,95	4 611,61	480,66
6242 COMBUSTIVEIS	10 545,24	8 408,34	6 275,07	-2 133,27
6243 AGUA	1 280,11	1 097,09	1 323,48	226,39
6248 OUTROS (Outros fluidos)		2 000,00	3 259,74	1 259,74
625 DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	0,00	50,00	116,60	66,60
6251 DESLOCAÇÕES E ESTADAS		50,00	116,60	66,60
626 SERVIÇOS DIVERSOS	7 745,25	6 800,54	10 101,22	3 300,68
6262 COMUNICAÇÃO	1 181,37	1 051,37	1 057,79	6,42
6263 SEGUROS	2 573,02	2 045,10	2 947,74	902,64
6265 CONTENCIOSO E NOTARIADO		50,00	55,30	5,30
6267 LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	3 204,33	2 987,40	4 378,00	1 390,60
6268 OUTROS SERVIÇOS	786,53	666,67	1 662,39	995,72

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de fornecimentos e serviços externos ultrapassou o orçamentado em 5.235,04 euros.

Quadro n.º 6 Gastos com pessoal (Executado vs. Orçamentado)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS GASTOS	Execução	Orçamento	Execução	Desvio
	2017	2018	2018	2018
63 GASTOS COM PESSOAL	113 509,54	125 650,91	107 166,22	-18 484,69
632 REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	91 798,72	100 820,83	86 998,78	-13 822,05
6321 VENCIMENTO BASE	71 828,73	82 256,34	71 780,30	-10 476,04
6322 SUBSÍDIO DE FERIAS/NATAL	11 724,72	6 079,94	12 852,83	6 772,89
6325 DIUTURNIDADES	8 245,27	2 499,00	2 365,65	-133,35
6329 SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		3 305,61	0,00	-3 305,61
635 ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	20 201,84	21 795,00	19 231,02	-2 563,98
636 SEGUROS DE ACIDENTES TRABALHO	1 386,08	1 713,29	936,42	-776,87
638 OUTROS GASTOS COM PESSOAL	122,90	1 321,80		-1 321,80

A rubrica de gastos com pessoal registou um total de 107.166,22 euros e um desvio de 18.484,69 euros.

Quadro n.º 7 Rendimentos e Ganhos (Executado vs. Orçamentado)

CENTRO SOCIAL DE SÃO JOÃO DO CAMPO Orçamento - 2018

(valores em euros)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	Execução	Orçamento	Execução	Varição
Descrição	2017	2018	2018	
Rendimentos e ganhos				
71 Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
72 Prestações de serviços	85 526,77	82 564,00	101 881,47	19 317,47
73 Variações nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00
74 Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00
75 Subsídios, doações e legados à exploração	88 439,24	112 673,89	87 326,17	-25 347,72
76 Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00
77 Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00
78 Outros rendimentos e ganhos	17 007,50	16 365,48	19 659,26	3 293,78
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	0,00	15,00	0,00	-15,00
Totais Classe	190 973,51	211 618,37	208 866,90	-2 751,47

O total de rendimentos e ganhos previstos, em sede de orçamento, para o exercício de 2018 foi de 211.618,37 euros. O realizado foi de 208.866,90 euros. Relativamente ao orçamento, regista-se um desvio de 2.751,47 euros.

Quadro n.º 8 Vendas e Prestações de Serviços (Executado vs. Orçamentado)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS RENDIMENTOS	Execução	Orçamento	Execução	Desvio
	2017	2018	2018	2018
71 VENDAS	0,00	0,00	0,00	0,00
72 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	85 526,77	82 564,00	101 881,47	19 817,47
725 MENSALIDADES	85 526,77	82 064,00	101 881,47	19 817,47
728 OUTROS		500,00		

A rubrica de prestações de serviços registou um total de 101.881,47 euros e um desvio de 19.817,47 euros.

Quadro n.º 9
Subsídios à Exploração (Executado vs. Orçamentado)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS RENDIMENTOS	Execução	Orçamento	Execução	Desvio
	2017	2018	2018	2018
75 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	88 439,24	112 673,89	87 326,17	-25 347,72
751 SUBSÍDIOS DOS ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	82 875,54	84 873,89	85 683,17	809,28
7511 SEGURANÇA SOCIAL	67 920,76	74 436,25	75 418,20	981,95
7512 SUBSÍDIOS OUTROS ORGANISMOS SECTOR PÚBLICO	13 070,99	7 437,65	2 957,85	-4 479,80
7515 AUTARQUIAS	1 883,79	3 000,00	7 307,12	4 307,12
752 SUBSÍDIOS DE OUTRAS ENTIDADES	5 563,70	27 800,00	1 643,00	-26 157,00
7524 DONATIVOS	5 563,70	27 800,00	1 643,00	-26 157,00

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de subsídios à exploração ficou abaixo do orçamentado em 25.347,72 euros.

Quadro n.º 10
Outros Rendimentos e Ganhos (Executado vs. Orçamentado)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS RENDIMENTOS	Execução	Orçamento	Execução	Desvio
	2017	2018	2018	2018
78 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	17 007,50	16 365,48	19 659,26	3 293,78
781 RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	0,00	0,00	0,00	0,00
782 DESCONTOS DE PRONTO PAGAMENTO	98,66	100,00	34,84	-65,16
787 RENDIMENTOS E GANHOS INVEST.NÃO FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00
788 OUTROS	16 908,84	16 265,48	19 624,42	3 358,94
7883 IMPUTAÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTO	16 165,48	16 165,48	16 165,48	0,00
7885 RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS	444,09		1 143,70	1 143,70
7888 OUTROS NÃO ESPECIFICADOS		100,00	2 315,24	2 215,24

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos ultrapassou o orçamentado em 3.293,78 euros.

Balanço Analítico

Centro Social de São João do Campo

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

Unidade Monetária:

Euro

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2018	2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	109 527,27	129 663,25
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	6	-	-
Investimentos financeiros		880,77	636,28
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		110 408,04	130 299,53
Ativo corrente			
Inventários	7	1 774,80	1 905,70
Créditos a receber	8		
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros ativos correntes		-	495,73
Diferimentos	9	422,86	750,81
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	10	21 571,13	9 313,38
Subtotal		23 768,79	12 465,62
Total do Ativo		134 176,83	142 765,15
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11	92 303,05	108 607,03
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	2,11	-	(8 766,20)
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	11	10 231,54	26 397,02
Resultado Líquido do período		8 663,90	(7 537,78)
Total do fundo do capital		111 198,49	118 700,07
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outros passivos não correntes			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	12	4 053,68	4 092,54
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	13	4 191,41	2 513,16
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	9	789,17	2 428,09
Outros passivos correntes	14	13 944,08	15 031,29
Outros passivos financeiros			
Subtotal		22 978,34	24 065,08
Total do passivo		22 978,34	24 065,08
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		134 176,83	142 765,15

Centro Social de São João do Campo

São João do Campo

3025-438 Coimbra

Demonstração dos Resultados por Natureza

Centro Social de São João do Campo
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	15	101 881,47	85 526,77
Subsídios, doações e legados à exploração	15	87 326,17	88 439,24
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(27 359,01)	(29 623,37)
Fornecimentos e serviços externos	16	(38 083,04)	(32 827,19)
Gastos com o pessoal	17	(107 166,22)	(113 509,54)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	18	19 659,26	17 007,50
Outros gastos e perdas	19	(7 445,25)	(2 415,22)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		28 813,38	12 598,19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	(20 149,48)	(20 135,97)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8 663,90	(7 537,78)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		8 663,90	(7 537,78)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		8 663,90	(7 537,78)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Centro Social de São João do Campo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		106 509,06	91 469,74
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(63 859,03)	(72 584,94)
Pagamentos ao pessoal		(119 509,49)	(113 509,54)
Caixa gerada pelas operações		(76 859,46)	(94 624,74)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		89 117,21	89 117,21
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		12 257,75	(5 507,53)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			(7 995,00)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			(302,41)
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		-	(8 297,41)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		12 257,75	(13 804,94)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	9 313,38	23 118,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	21 571,13	9 313,38

Centro Social de São João do Campo

São João do Campo

3025-438 Coimbra

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Centro Social de São João do Campo é uma instituição particular de solidariedade social com sede na Freguesia de São João do Campo, Concelho de Coimbra, Distrito de Coimbra. Esta Instituição presta , relevantes e continuados serviços à comunidade onde se insere através da dinamização de um ATL e de um Centro de Dia com prestação de Serviço de Apoio Domiciliário.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do período de 2018 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem,

exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos Ativos e Passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os Ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos Ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os Ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos Ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada Ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de Ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os Ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, o qual corresponde a 3 anos. O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o Ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado Ativo para este Ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Clientes e outros ativos correntes

Os “Clientes” e as “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.6. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos Ativos após dedução dos Passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC. As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.9. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por

contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.10. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Cáritas cumpre todas as condições para o receber.

Os subsídios ao investimento atribuídos a fundo perdido estão reconhecidos em balanço numa rubrica “Fundos Patrimoniais” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.11. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, nomeadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.12. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

3.2.14. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das

demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2.15. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais	34 993,99	-	-	-	-	34 993,99
Edifícios e outras construções	274 868,07	-	-	-	-	274 868,07
Equipamento básico	50 203,50	-	-	-	-	50 203,50
Equipamento de transporte	50 789,30	-	-	-	-	50 789,30
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	3 747,51	-	-	-	-	3 747,51
Outros Ativos fixos tangíveis	4 952,26	-	-	-	-	4 952,26
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	419 554,63	-	-	-	-	419 554,63
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	186 811,10	13 343,65	-	-	-	200 154,75
Equipamento básico	50 203,38	-	-	-	-	50 203,38
Equipamento de transporte	44 176,97	6 792,33	-	-	-	50 969,30
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	3 747,51	-	-	-	-	3 747,51
Outros Ativos fixos tangíveis	4 952,42	-	-	-	-	4 952,42
Total	289 891,38	20 135,98	-	-	-	310 027,36

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	34,993.99	-	-	-	-	34,993.99
Edifícios e outras construções	266,873.07	7,995.00	-	-	-	274,868.07
Equipamento básico	50,203.50	-	-	-	-	50,203.50
Equipamento de transporte	50,789.30	-	-	-	-	50,789.30
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	3,747.51	-	-	-	-	3,747.51
Outros Ativos fixos tangíveis	4,952.26	-	-	-	-	4,952.26
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	411,559.63	7,995.00	-	-	-	419,554.63
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	173,467.45	13,343.65	-	-	-	186,811.10
Equipamento básico	50,203.42	-	-	-	-	50,203.42
Equipamento de transporte	37,384.65	6,792.32	-	-	-	44,176.97
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	3,747.51	-	-	-	-	3,747.51
Outros Ativos fixos tangíveis	4,952.38	-	-	-	-	4,952.38
Total	269,755.41	20,135.97	-	-	-	289,891.38

6. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	1 530,31	-	-	-	-	1 530,31
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	1 530,31	-	-	-	-	1 530,31
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	1 530,31	-	-	-	-	1 530,31
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	1 530,31	-	-	-	-	1 530,31
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	1 530,31	-	-	-	-	1 530,31
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	1 530,31	-	-	-	-	1 530,31

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 136,57	30 392,50	-	1 905,70	27 228,11	-	1 774,80
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	1 136,57	30 392,50	-	1 905,70	27 228,11	-	1 774,80
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				29 623,37	27 359,01		
Variações nos inventários da produção				-	-		

8. Créditos a receber

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Total	-	-

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2018	2017
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	-	-

9. Diferimentos

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	422,86	747,00
Outros	-	3,81
...	-	-
Total	422,86	750,81
Rendimentos a reconhecer		
Camara Municipal de Coimbra	789,17	2 428,09
Total	789,17	2 428,09

10. Caixa e Depósitos Bancários

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Caixa	91,50	42,60
Depósitos à ordem	21 479,63	9 270,78
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	21 571,13	9 313,38

11. Fundos Patrimoniais

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	108 607,03	-	(16 303,98)	92 303,05
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	(8 766,20)		8 766,20	-
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	26 397,02	-	(16 165,48)	10 231,54
Total	126 237,85	-	(23 703,26)	102 534,59

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2016
Fundos	108 607,03	-	-	108 607,03
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	(12 444,68)	3 678,48	-	(8 766,20)
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	42 562,50	-	(16 165,48)	26 397,02
Total	138 724,85	3 678,48	(16 165,48)	126 237,85

12. Fornecedores

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	4 053,68	4 092,54
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	4 053,68	4 092,54

13. Estado e Outros Entes Públicos

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	221,32	559,13
Segurança Social	3 970,09	1 954,03
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	4 191,41	2 513,16

14. Outros passivos correntes

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Clientes	-	-	-	-
Pessoal	-	228,75	-	-
Remunerações a pagar	-	228,75	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	13 715,33	-	15 031,29
Remunerações a liquidar	-	13 715,33	-	14 967,43
Outros acréscimos	-	-	-	63,86
Outros credores	-	-	-	-
Outros credores	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Total	-	13 944,08	-	15 031,29

15. Rédito

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	101 881,47	85 526,77
Quotizações e Joias	-	-
Mensalidades	101 881,47	85 526,77
...	-	-
<i>Royalties</i>	-	-
Dividendos	-	-
Total	101 881,47	85 526,77

Descrição	2018	2017
Subsídios, doações e legados à exploração	87 326,17	88 439,24
Segurança Social	75 418,20	67 920,76
IEFP	2 957,85	13 070,99
Camara Municipal Coimbra	7 307,12	1 883,79
Outras Entidades	1 643,00	5 563,70
Total	87 326,17	88 439,24

16. Fornecimentos e serviços externos

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	9 933,01	6 387,23
Materiais	2 462,31	2 692,85
Energia e fluidos	15 469,90	16 001,86
Deslocações, estadas e transportes	116,60	-
Serviços diversos	10 101,22	7 745,25
Rendas e alugueres		
Comunicação	1 057,79	1 181,37
Seguros	2 947,74	2 573,02
Contencioso e notariado	55,30	
Despesas de representação		
Limpeza, higiene e conforto	4 378,00	3 204,33
Outros serviços	1 662,39	786,53
...	-	-
Total	38 083,04	32 827,19

17. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de Dezembro de 2018 foi de 10.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	85 954,78	91 798,72
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	1 044,00	122,90
Encargos sobre as Remunerações	19 231,02	20 201,84
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	936,42	1 386,08
Gastos de Acção Social	-	-
Total	107 166,22	113 509,54

18. Outros rendimentos e ganhos

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	19 659,26	17 007,50
Total	19 659,26	17 007,50

19. Outros gastos e perdas

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	123,60	338,03
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	7 321,65	2 077,19
Total	7 445,25	2 415,22

20. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

21. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Coimbra, ??? Março de 2019